



Propósito e Visão

Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Visão

Proporcionar a melhor experiência financeira aos nossos cooperados.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 2 de 48



Mensagem da Presidente

É com grande satisfação que compartilhamos os resultados excepcionais alcançados durante este último período. Queremos expressar nossa profunda gratidão a todos que estiveram ao nosso lado, dedicando seu tempo e esforço aos trabalhos da Cooperativa. Em particular, gostaríamos de estender nossos sinceros agradecimentos aos dirigentes, líderes e equipes das empresas Mondelēz Brasil e Philip Morris Brasil, cujo apoio foi fundamental para o nosso sucesso.

Não podemos deixar de reconhecer o papel vital desempenhado pelos nossos associados, cujo compromisso e dedicação são a espinha dorsal de nossa operação. Também expressamos nossa sincera apreciação ao Conselho Fiscal e aos membros da Diretoria, cuja orientação e liderança foram inestimáveis.

Neste período, enfrentamos desafios, mas, graças à busca incansável por alternativas e ao comprometimento inabalável de nossos colaboradores, conseguimos superá-los. Cada membro da equipe contribuiu de forma significativa para esse sucesso.

Agradecemos a todos por sua dedicação e trabalho árduo. Juntos, alcançamos resultados notáveis e estamos ansiosos para continuar essa jornada de sucesso e crescimento.

Jussara Eupper da Silva Machado

AB4D93088AF14A5...

Jussara Kupper da Silva Machado

Diretora Presidente

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 3 de 48

Diretoria Executiva:

Jussara Kupper da Silva Machado - Diretora Presidente

Marcos de Oliveira - Diretor Administrativo

Luis Everardo Simões Monteiro - Diretor Operacional

Valéria Farinha Barros Arnaut - Diretora

José Mario Lessa - Diretor

Conselho Fiscal:

Rodrigo da Conceição Reis - Membro efetivo

Robson Silva da Costa - Membro efetivo

Márcio Roberto D. Nunes Figueredo - Membro efetivo

Gregório Portela da Fonseca Neto – Membro suplente

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 4 de 48



Princípios Cooperativistas

Os princípios cooperativistas definidos pela ACI (Aliança Cooperativa Internacional) são as linhas orientadoras pelas quais as cooperativas levam os seus valores à prática:



CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 5 de 48



Algumas ações da Cooperativa, em 2022 / 2023

Ação de saúde financeira

O planejamento financeiro é fundamental para a tomada de decisões acertadas sobre finanças e consumo e para manter o foco diante de situações adversas.

Em 2022, a Cooperativa teve a oportunidade de integrar a programação da SIPATMA — Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho | Meio-Ambiente, da Mondelez Brasil. O Sicoob Coopmond realizou a palestra "Como Construir e Manter a Saúde Financeira", de forma on-line, ministrada pela Gerente Organizacional do Sicoob Coopmond, Andrea dos Santos, e com tradução em libras. A palestra foi elogiada pelo chat e veiculada durante a semana, com a previsão de atingir um público de 1.126 pessoas, entre associados e não associados, abrangendo os colegas, desde o pessoal das áreas fabril, comercial, e de vendas, até a diretoria. Ainda em 2022, tivemos a mesma oportunidade de participar na SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho, na empresa Philip Morris Brasil, nossa Gerente Organizacional participou com a mesma palestra impactando 110 pessoas, participamos também de palestra sobre "Saúde Financeira "com apresentação presencial do nosso Gerente de Negócios, Jose Paulino dos Santos Fonceca, impactando 75 pessoas.

Em 2023, a Cooperativa teve a oportunidade de integrar a programação da SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho. Da empresa Philip Morris Brasil. O Sicoob Coopmond realizou a palestra "A Importância do Orçamento Financeiro", de forma on-line, ministrada pelo Gerente de Negócios do Sicoob Coopmond, Jose Paulino dos Santos Fonceca e a Agente de Atendimento, Camila Aparecida Vicentini. Atingindo um público de 63 pessoas, entre associados e não associados, abrangendo os colegas, desde o pessoal das áreas fabril, comercial, e de vendas, até a diretoria. A Palestra também aconteceu de forma presencial impactando 16 pessoas.

Com isso, a Cooperativa levou informação e mostrou que a saúde financeira também auxilia na prevenção de acidentes uma vez que promove uma melhor qualidade de vida e, consequentemente, melhor saúde física e mental, as quais auxiliam na redução da probabilidade de acidentes no trabalho.

Compra Cooperada:

 Continuidade do sistema de Compra Cooperada de eletrodomésticos: Compra Certa.

CooperKit Bebê:

Continuidade do benefício.

Seguros:

Adesão a nova parceria Corretora de Seguros Sicoob Cecresp em abril de 2023

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 6 de 48



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.s.as Demonstrações Contábeis do exercício de **2023** da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 03/02/2023, a Cooperativa completou 53 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de integralização de Capital.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2023, conforme as demonstrações contábeis, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil - Sicoob Coopmond, após pagar 80% da taxa Selic, como juros sobre o capital dos associados, obteve um resultado líquido de R\$ 2.254.221,00 (dois milhões, duzentos cinquenta e quatro mil, duzentos e vinte e um reais)

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$783.592,00 (setecentos oitenta e três mil, quinhentos noventa e dois reais). Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 17.361.850,00 (dezessete milhões, trezentos sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta reais).

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 17.361.850,00	100%

Os Dez Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 6,51% da carteira, no montante de R\$ 1.146.492,00 (Um milhão, cento e quarenta e seis mil, quatrocentos noventa e dois reais).

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 7 de 48



4. Captação

As captações, no total de R\$ 4.272.370,00 (quatro milhões, duzentos setenta e dois mil, trezentos setenta reais) apresentaram um aumento em relação ao mesmo período do exercício anterior de aproximadamente 1,11%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Integralização de Capital

Os dez maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 7,77% da captação, no montante de R\$ 2.880.646,40 (dois milhões, oitocentos e oitenta mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos).

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos era de R\$ 37.081.552,19 (trinta e sete milhões, oitenta e um mil, quinhentos cinquenta e dois reais e dezenove centavos). O quadro de associados era composto por 3.372 (três mil, trezentos setenta e dois) cooperados, havendo uma redução de aproximadamente 1,01% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 99,19% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 8 de 48



Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem à Diretoria Executiva as decisões estratégicas e ao Diretor Operacional e o Diretor Administrativo, cada um em sua área, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda o Acir compartilhado - CECRESP, supervisionado diretamente pelo Diretor de Riscos; e a empresa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa fez as auditorias da Cooperativa no exercício de 2023.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento do Acir compartilhado – CECRESP e da Diretoria Executiva. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central CECRESP.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento da Diretoria, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada 03 (três) anos na AGO – Assembleia Geral Ordinária, com mandato até a **AGO de 2027**, o Conselho Fiscal tem função complementar à da Diretoria Executiva. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 9 de 48



9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos aderiram, em 01/08/2016, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas — Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2023, a Ouvidoria da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, teve o registro de uma manifestação de sugestão, feita por associada, na qual a cooperada reclamou da taxa de empréstimo e do valor da integralização mensal de capital, sugerindo melhorias. A demanda foi respondida dentro do prazo legal e considerada procedente solucionada pelo sistema de Ouvidoria Sicoob. Não houve nenhuma manifestação sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

11. Gerenciamento de Risco e de Capital

11.1 Risco operacional

- a) O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.
- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional e Contábeis, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 10 de 48



- c) O processo de gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.
- d) O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no sistema de Controles Internos de Riscos Operacionais (SCIR).
- e) As informações cadastradas no sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.
- f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, sob a supervisão do Sicoob Central CECRESP e Sicoob Confederação.
- g) Para situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR).
- h) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

11.2 Risco de mercado

- a) O gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.
- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 11 de 48



- c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

11.3 Risco de crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

11.4 Gerenciamento de capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 12 de 48



- b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, aderiu à Confederação Nacional das Cooperativas (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob Confederação e Sicoob Central CECRESP, com objetivo de:
- I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob Confederação, estão sujeitas;
- II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades Cooperativas do Sicoob Confederação;
- III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob Confederação.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pelo apoio e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo, 08 de abril de 2024.

Jussara Eupper da Silva Machado

Jussara Kupper da Silva Machado Diretora-Presidente

Signed by: Marcos de Oliveira B4988415CBEA4BC

> Marcos de Oliveira Diretor Administrativo

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 13 de 48



Demonstrações Contábeis do exercício de 2023

ALIMENTOS SICOOB COOPMOND CNPJ: 62.795.257/0001-34 BALANÇO PATRIMONIAL Em Reais

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		49.992.900,52	44.564.102,46
DISPONIBILIDADES	4	921.807,71	346.401,24
NSTRUMENTOS FINANCEIROS		48.819.412,98	43.580.317,74
Títulos e Valores Mobiliários	5	30.409.882,47	24.555.161,14
Relações Interfinanceiras		783.591,22	2.412.114,25
Centralização Financeira		783.591,22	2.412.114,25
Operações de Crédito	6	17.616.617,35	16.609.120,85
Outros Ativos Financeiros	7	9.321,94	3.921,50
-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(258.688,59)	(275.488,48)
(-) Operações de Crédito	6.b	(254.767,09)	(271.566,98)
(-) Outras	7.1	(3.921,50)	(3.921,50)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	51.088,54	45.846,86
OUTROS ATIVOS	9	435.969,33	846.028,76
MOBILIZADO DE USO	10	100.941,49	90.297,47
NTANGÍVEL	11	7.754,31	7.754,31
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	10 e 11	(85.385,25)	(77.055,44)
TOTAL DO ATIVO		49.992.900,52	44.564.102,46
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.992.900,52	44.564.102,46
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	12	3.100,53	18.656,77
Outros Passivos Financeiros		3.100,53	18.656,77
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	14	298.034,33	238.917,15
OUTROS PASSIVOS	15	4.668.143,41	3.254.335,25
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	45.023.622,25	41.052.193,29
CAPITAL SOCIAL		40.735.713,35	37.980.025,92
RESERVAS DE SOBRAS		3.119.926,12	2.182.705,31
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.167.982,78	889.462,06
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.992.900,52	44.564.102,46

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusigned by:

Jussara Eupper da Silva Machado Marcos de Oliveira

AB4D93088AF14A5...

B4988415CBEA4BC...

ELAINE CRISTINA NETO
CONTADORA - CRC/MG 082.177/ 0-0

Jussara Kupper da Silva Machado Diretora-Presidente **Marcos de Oliveira** Diretor Administrativo

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 14 de 48

ADDIANACO GIUDALMENTE
ELAINE CRISTINA NETO

CPF DATA
00594392624 03110/2024
A conferentiación com a assistatura podo ser refilicada em:
Migulforego megin definisational prode ser refilicada em:
Migulforego megin definisational prode ser refilicada em:

14



SICOOB COOPMOND CNPJ: 62.795.257/0001-34 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.781.495,00	6.162.142,54	4.928.452,93
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	24	(1.190.459,82)	(1.190.459,82)	(765.976,49)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo			(29.037,12)	(22.145,71)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	19	26.046,94	23.657,12	(7.856,41)
Provisões/Reversões para Contingências	26	1.980,62	3.026,63	
Depreciações e Amortizações	22	4.182,73	8.329,81	9.819,10
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		2.623.245,47	4.977.659,16	4.142.293,42
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Títulos e Valores Mobiliários		(3.686.092,18)	(9.307.788,45)	3.837.220,14
Operações de Crédito		(862.295,57)	(1.047.953,51)	(32.835,46)
Outros Ativos Financeiros		(3.000,00)	(5.400,44)	1.A/ (41 (51 (45 (51 (51 (51 (51 (51 (51 (51 (51 (51 (5
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(5.844,85)	(5.241,68)	(39.157,68)
Outros Ativos		107.331,16	410.059,43	(812.990,56)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Outros Passivos Financeiros		(5.237,78)	(15.556,24)	10.192,76
Provisões		(1.980,62)	(3.026,63)	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		258.880,72	59.117,18	162.849,93
Outros Passivos		(2.991.276,57)	(2.494.114,00)	(2.337.736,51)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES			(74.121,84)	
FATES - Atos Cooperativos		(338.133,06)	(338.133,06)	(148.243,68)
FATES - Atos Não Cooperativos		•		(90.317,27)
Reversão/Realização de Fundos		40.872,59	40.872,59	16.012,98
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(4.863.530,69)	(7.803.627,49)	4.707.288,07
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo		2	1.116,21	I SHARES
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo			27.920,91	22.145,71
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		1.190.459,82	1.190.459,82	765.976,49
Aquisição de Intangível				258,46
Aquisição de Imobilizado de Uso		(10.644,02)	(10.644,02)	(6.710,23)
Aquisição de Investimentos		605.626,70	3.453.067,12	(7.307.912,47)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		1.785.442.50	4.661.920.04	(6.526.242.04)

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 15 de 48



Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	2.734.767,84	4.760.888,01	4.486.734,00
Devolução de Capital aos Cooperados	(3.300.372,41)	(5.957.661,55)	(5.264.437,68)
Estorno de Capital	(10,00)	(20,00)	
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	1444	(56.612,09)	(91.256,21)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	3.341.996,52	3.341.996,52	3.001.992,71
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	2.776.381,95	2.088.590,89	2.133.032,82
	MONING SM	1 200 (100 (100 (100 (100 (100 (100 (100	SEMAN COSTS
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(301.706,24)	(1.053.116,56)	314.078,85
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período	2.007.105,17	2.758.515,49	2.444.436,64
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	1.705.398,93	1.705.398,93	2.758.515,49
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(301.706,24)	(1.053.116,56)	314.078,85

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusigned by:

Jussara Eupper da Silva Mallado B4988415CBEA4BC...

AB4D93088AF14A5...

Jussara Kupper da Silva Machado Diretora-Presidente

Marcos de Oliveira Diretor Administrativo

ELAINE CRISTINA NETO CONTADORA - CRC/MG 082.177/ O-

DATA 03/10/2024

ELAINE CRISTINA NETO

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 16 de 48



SICOOB COOPMOND CNPJ: 62.795.257/0001-34 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS
Saldos em 31/12/2021		35.044.205,11	(2,00)	1.737.974,28	0,00	802.789,99
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		711.533,78	0,00	0,00	0,00	(802.789,99)
flovimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		4.486.771,00	(37,00)	0,00	0,00	0,00
Por Devolução (-)		(5.264.437,68)	0,00	0,00	0,00	0,00
teversão/Realização de Fundos iobras ou Perdas do Período Antes das estinações e dos Juros ao Capital		0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	16.012,98 4.928.452,93
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(3.371.711,87)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.001.992,71	0,00	0,00	0,00	0,00
estinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	444.731,03	0,00	(444.731,03)
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	(148.243,68)
FATES - Atos Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	(90.317,27)
aldos em 31/12/2022		37.980.064,92	(39,00)	2.182.705,31	0,00	889.462,06
aldos em 31/12/2022		37.980.064,92	(39,00)	2.182.705,31	0,00	889.462,06
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:		0.00	0.00	0.00	0.00	(74.404.04)
Ao FATES		0,00	0,00	0,00	0,00	(74.121,84)
Constituição de Reservas		0,00	0,00	74.121,84	74.121,84	(148.243,68)
Distribuição de sobras para associados Novimentação de Capital:		610.484,45	0,00	0,00	0,00	(667.096,54)
Por Subscrição/Realização		4.760.849.01	39,00	0,00	0,00	0,00
Por Devolução (-)		(5.957.661,55)	0,00	0,00	0,00	0,00
Estorno de Capital		(20,00)	0,00	0,00	0,00	0.00
Reversão/Realização de Fundos		0,0				0,00 40.872,5
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,0	0 0,0	0 0,0)	0,00 6.156.951,3
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,0	0,0	0,0)	0,00 (3.902.730,9
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.341.996,5	2 0,0	0,00) (0,00 0,0
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,0	0,0	0 788.977,13	3	0,00 (788.977,1)
FATES - Atos Cooperativos		0,0	0.0	0,0)	0,00 (338.133,0
aldos em 31/12/2023		40.735.713,3	5 0,0	0 3.045.804,2	74.12	
Saldos em 30/06/2023		37.959.373,4	0 (42,00	2.256.827,1	5 74.12	1,84 2.369.903,9
Movimentação de Capital:		01.000.010,4	(42,00	2.200.021,11	14.12	2.000.000,0
		2 724 725 0	40.0	0.00	1	100
Por Subscrição/Realização		2.734.725,8				0,00 0,0
Por Devolução (-)		(3.300.372,41				0,00 0,0
Estorno de Capital		(10,00				0,00 0,0
Reversão/Realização de Fundos		0,0				0,00 40.872,5
Sobras ou Perdas do Período Antes das estinações e dos Juros ao Capital		0,0	0 0,0	0 0,00)	0,00 3.787.047,3
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,0	0,0	0,00) (0,00 (3.902.730,9
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.341.996,5	2 0,0	0,00)	0,00
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,0	0 0,0	0 788.977,13	3	0,00 (788.977,13
FATES - Atos Cooperativos		0,0	0,0	0,0)	0,00 (338.133,0

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 17 de 48



SICOOB COOPMOND CNPJ: 62.795.257/0001-34 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		3.787.047,38	6.156.951,31	4.928.452,93
AUSTRAL BERLU BURGA (BRAUGENIERA				
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		•	<u> </u>	
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		3.787.047,38	6.156.951,31	4.928.452,93

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SICOOB COOPMOND CNPJ: 62.795.257/0001-34 DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		3.961.472,69	7.551.361,90	6.600.644,58
Operações de Crédito	18	2.724.351,69	5.321.544,63	4.641.864,46
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	1.237.121,00	2.229.817,27	1.958.780,12
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	19	(26.046,94)	(23.657,12)	7.856,41
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(26.046,94)	(23.657,12)	7.856,41
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		3.935.425,75	7.527.704,78	6.608.500,99
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(170.817,27)	(1.376.576,25)	(1.781.301,88)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	20	22.671,87	45.111,40	43.258,80
Dispéndios e Despesas de Pessoal	21	(1.012.826,62)	(1.913.880,87)	(1.715.456,77)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	22	(441.883,18)	(891.815,02)	(952.125,21)
Dispêndios e Despesas Tributárias	23	(10.459,28)	(16.598,33)	(21.927,72)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	24	1.304.268,06	1.458.991,69	940.211,73
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	25	(32.588,12)	(58.385,12)	(75.262,71)
PROVISÕES	26	(1.980,62)	(3.026,63)	
Provisões/Reversões para Contingências		(1.980,62)	(3.026,63)	
RESULTADO OPERACIONAL		3.762.627,86	6.148.101,90	4.827.199,11
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	27	18.867,14	14.040,64	101.253,82
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.781.495,00	6.162.142,54	4.928.452,93
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		5.552,38		
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		2.798,19		
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		2.754,19		
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS			(5.191,23)	<u> </u>
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		3.787.047,38	6.156.	
		The same of the sa	100000000000000000000000000000000000000	

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 18 de 48

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MONDELEZ BRASIL, PHILIP MORRIS BRASIL E K&S ALIMENTOS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MONDELEZ BRASIL, PHILIP MORRIS BRASIL E K&S ALIMENTOS – SICOOB COOPMOND, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 03/02/1970, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

- O SICOOB COOPMOND, possui 4 Postos de Atendimento (PAs).
- O SICOOB COOPMOND tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:
- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 19 de 48



conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 22/03/2024.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2023.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 20 de 48



3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 21 de 48



g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

I) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 22 de 48



m) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 23 de 48



Em **31 de dezembro de 2023** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2023**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	921.807,71	346.401,24
Relações interfinanceiras - centralização financeira	783.591,22	2.412.114,25
Títulos e Valores Mobiliários	30.409.882,47	24.555.161,14
TOTAL	32.115.281,40	27.313.676,63

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Títulos de Renda Fixa (a)	15.276.483,69	10.079.239,61
Cotas de Fundo de Investimento (b)	6.543.373,72	2.432.829,35

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 24 de 48



Participações de Cooperativas	12.043.092,18	0,00
TOTAL	24.555.181,14	16.349.289,10

- (a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários CDI, no Sicoob Central CECRESP.
- (b) As Cotas de Fundos de Investimento gerido pelo Sicoob Central CECRESP.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total	31/12/2022
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	4.899.968,99	12.716.648,36	17.616.617,35	16.609.120,85
Total de Operações de Crédito	4.899.968,99	12.716.648,36	17.616.617,35	16.609.120,85
(-) Provisões para Operações de Crédito	(69.286,53)	(185.480,56)	(254.767,09)	(271.566,98)
TOTAL	4.830.682,46	12.531.167,80	17.361.850,26	16.337.553,87

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

	Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimos	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/202
AA	1	Normal	489.495,99	489.495,99		128.210,18	
Α	0,5%	Normal	10.182.410,56	10.182.410,56	(50.912,05)	10.087.629,81	(50.438,15)
В	1%	Normal	5.550.570,33	5.550.570,33	(55.505,70)	5.376.838,06	(53.768,38)

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 25 de 48



	Total L	_íquido	17.361.850,26	17.361.850,26		16.337.553,87	
Provisões		isões	(254.767,09)	(254.767,09)		(271.566,98)	
Total Geral		Geral	17.616.617,35	17.616.617,35	(254.767,09)	16.609.120,85	(271.566,98)
	Total V	encidos	264.886,27	264.886,27	(51.273,55)	130.591,11	(41.471,10)
	Total I	Normal	17.351.731,08	17.351.731,08	(203.493,54)	16.478.529,74	(230.095,88)
Н	100%	Vencidas	26.279,04	26.279,04	(26.279,04)	36.600,17	(36.600,17)
Н	100%	Normal	54.259,56	54.259,56	(54.259,56)	93.096,45	(93.096,45)
G	70%	Vencidas	1.019,57	1.019,57	(713,93)	1.596,59	(1.117,65)
G	70%	Normal	11.137,41	11.137,41	(7.796,19)	-	-
F	50%	Vencidas	4.842,36	4.842,36	(2.421,18)	1.860,67	(930,34)
F	50%	Normal	-	-	-	3.236,15	(1.618,08)
Е	30%	Vencidas	57.991,36	57.991,36	(17.397,41)	5.432,62	(1.629,79)
Е	30%	Normal	-	-	-	395,45	(118,64)
D	10%	Vencidas	12.533,46	12.533,46	(1.253,35)	3.585,29	(358,53)
D	10%	Normal	44.347,47	44.347,47	(4.434,75)	105.463,75	(10.546,38)
С	3%	Vencidas	79.322,01	79.322,01	(2.379,66)	973,45	(29,20)
С	3%	Normal	1.019.509,76	1.019.509,76	(30.585,29)	683.659,89	(20.509,80)
В	1%	Vencidas	82.898,47	82.898,47	(828,98)	80.542,32	(805,42)

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 26 de 48



c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Тіро	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	1134.801,47	12716.648,36	17616.617,35	16609.120,85

- (*) Não contempla provisão para crédito de liquidação duvidosa.
- d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2023	% da Carteira
Pessoa Física	17.616.617,35	17.616.617,35	100,00%

- (*) Não contempla provisão para crédito de liquidação duvidosa.
- e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(271.566,98)	(360.803,51)
Constituições / Reversões no período	(23.657,12)	7.856,41
Transferência para prejuízo	40.457,01	81.380,12
TOTAL	(254.767,09)	(271.566,98)

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 27 de 48



f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	224.427,48	1,27%	196.517,13	1,18%
10 Maiores Devedores	1.146.491,88	6,51%	900.267,06	5,42%
50 Maiores Devedores	2.881.684,19	16,36%	2.543.489,76	15,31%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	625.868,83	508.768,72
Valor das operações transferidas no período	41.236,61	152.947,47
Valor das operações recuperadas no período	(77.277,57)	(31.350,10)
Valor das operações renegociadas no período	(11.851,25)	(3.324,20)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	0,00	(1.173,06)
Saldo Final	577.976,62	625.868,83

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Diversos	01/12/2020	01/12/2022
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	2.101,20	0,00

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 28 de 48



Devedores Diversos – País (a)	416.377,30	416.377,30
Despesas Antecipadas (b)	17.490,83	17.490,83
TOTAL	435.969,33	435.969,33
(-) Provisões para outros créditos	(3.921,50)	(3.921,50)
(-) Com características de concessão de crédito (b)	(3.921,50)	(3.921,50)
TOTAL	432.047,83	432.047,83

- (a) Refere-se a pendências a regularizar, nas quais encontram-se registros dos últimos 180 dias, passíveis de tratamento e regularização.
- (b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

08. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Participação em Cooperativa Central De Crédito	7.741.742,98	11.697.058,31
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	345.388,04	345.388,04
TOTAL	8.087.131,02	12.042.446,35

Referem-se a cotas de capital no Sicoob Central CECRESP e ações do Bancoop

09. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 29 de 48



Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado em Curso (a)		6.842,34	
Móveis e equipamentos de Uso	10%	32.532,71	29.960,03
Sistema de Processamento de Dados	20%	59.054,40	59.054,40
Sistema de Segurança	10%	2.512,04	1.283,04
Total de Imobilizado de Uso		100.941,49	90.297,47
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(77.923,37)	(71.144,32)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(77.923,37)	(71.144,32)
TOTAL		23.018,12	19.153,15

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Sistemas De Processamento De Dados	20%	7.754,31	7.754,31
Intangível		7.754,31	7.754,31
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(7.461,88)	(5.911,12)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(7.461,88)	(5.911,12)

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 30 de 48



11. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	1.829,34	924,52
Impostos e Contribuições sobre Salários	52.946,34	44.135,84
Outros	243.258,65	193.856,79
TOTAL	298.034,33	238.917,15

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sociais e Estatutárias (a)	3.846.443,12	1.717.513,26
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	159.264,22	115.264,66
Credores Diversos – País (c)	662.436,07	1.421.557,33
TOTAL	4.668.143,41	3.254.335,25

- (a) Refere-se à Participação nas sobras de colaboradores e diretores, sendo que essa participação foi calculada com base em atingimento de metas estabelecidas.
- (b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 15% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social –

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 31 de 48



FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

	31/12/2023 31/12/2022						
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total	Ciı	rculante	culante Não Circulante	
Impostos e Contribuições a Compensar	51.088,54	-	51.088,54	45.846,86		45.846,86 -	
TOTAL	51.088,54	-	51.088,54		45.846,86	-	45.846,86
Descrição		31/12/2023	31/12	2/2022			
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos		573,67	13.4	15,52			
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)		2.526,86	5.24	1,25			
TOTAL		3.100,53 1		18.6	46,77		

- (a) Na conta de Provisão para Pagamento a efetuar encontram-se os registros seguintes: Despesa de Pessoal R\$ 145.185,83, Outras Despesas Administrativas com Assessoria Técnica, comunicações, Seguro Prestamista no valor de R\$ 8.037,48.
- (b) Refere-se a pendências a regularizar de R\$ 25.288,00, nas quais encontram-se registros dos últimos 180 dias, passíveis de tratamento e regularização, e pagamentos a processar no valor de R\$ 1.328,11 referente recebimentos de folhas de pagamento para amortizações de empréstimos nos períodos subsequentes.

13. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPMOND opera somente com crédito consignado desconto em folha, e crédito pessoal (créd. já).

Ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 32 de 48

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	40.735.713,35	37.980.025,92
Associados	3.385	3.411

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 35% utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2023, os cooperados deliberaram pela destinação de 80% das sobras líquidas do exercício findo em **31 de dezembro de 2022**, no valor de R\$ 889.462,06 integralizados ao capital social evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.

d) Destinações estatutárias e legais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobras do exercício	2.254.220,38	1.556.741,06
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	-	(90.317,27)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	-	16.012,98
Base de cálculo das destinações	2.254.220,38	1.482.436,77
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (a)	(788.977,13)	(444.731,03)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (b)	(338.133,06)	(148.243,68)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	40.872,59	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.167.982,78	889.462,06

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 33 de 48



15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	33.164,25	25.515,87
Despesas específicas de atos não cooperativos	(5.854,29)	(4.162,60)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(9.561,58)	(8.574,89)
Resultado operacional	17.748,38	12.778,38
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	14.040,64	101.253,82
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.789,02	114.032,20
Deduções - Receitas com associados (a)	(33.164,25)	(23.714,93)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(1.375,23)	90.317,27

16. Provisão de Juros ao Capital

A Central pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital de suas cooperativas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7°, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e o juros ao capital próprio foi integralizado ao capital social, evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.

No exercício de **2023**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de RS 1.190.459.82, equivalente a 100% da Selic conforme informado em 22 de dezembro de 2023 na ata da Diretoria.

17. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem 2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas De Empréstimos	2.715.710,82	5.303.121,76	4.600.920,81
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	8.640,87	18.422,87	40.943,65
TOTAL	2.724.351,69	5.321.544,63	4.641.864,46

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 34 de 48



18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem 2023	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para Operações de Crédito	(69.286,53)	(185.480,56)	(302.408,02)
Reversões para Operações de Créditos	106.441,04	222.848,18	310.264,43
TOTAL	37.154,51	37.367,62	7.856,41

19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2° sem 2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Comissão	18.853,45	33.164,25	25.515,87
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	3.818,42	11.947,15	17.742,93
Total	22.671,87	45.111,40	43.258,80

20. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2° sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(33.474,72)	(53.925,18)	(23.723,71)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(90.852,95)	(127.300,55)	(74.582,62)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(287.735,46)	(512.290,57)	(432.006,52)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(163.056,79)	(316.545,27)	(335.199,39)
Despesas de Pessoal - Proventos	(437.706,70)	(903.819,30)	(849.944,53)
TOTAL	(1.012.826,62)	(1.913.880,87)	(1.715.456,77)

21. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(4.141,26)	(8.454,64)	(7.205,76)
Despesas de Aluguéis	(19.490,94)	(38.642,00)	(50.611,45)
Despesas de Comunicações	(18.152,85)	(33.055,09)	(27.396,25)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(325,42)	(3.897,80)	(8.080,00)
Despesas de Material	(12.437,95)	(18.639,10)	(10.642,82)
Despesas de Processamento de Dados	(41.326,44)	(83.289,21)	(36.890,94)

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 35 de 48



Despesas de Promoções e Relações Públicas	(8.002,15)	(8.998,25)	(15.030,86)
Despesas de Propaganda e Publicidade	-	(2.862,00)	(3.181,28)
Despesas de Seguros	(346,82)	(615,34)	(1.335,50)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(22.387,52)	(44.799,54)	(40.912,96)
Despesas de Serviços de Terceiros	(24.065,74)	(48.385,64)	(29.617,10)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(17.995,95)	(34.476,07)	(67.151,19)
Despesas de Transporte	(2.696,90)	(2.696,90)	(1.733,52)
Despesas de Viagem no País	(519,75)	(2.863,94)	(1.159,93)
Despesas de Depreciação/Amortização	(4.182,73)	(8.329,81)	(9.819,10)
Outras Despesas Administrativas (a)	(265.810,76)	(551.809,69)	(641.356,55
TOTAL	(441.883,18)	(891.815,02)	(952.125,21)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2°	sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Condomínio		(6.945,65)	(13.485,65)	(1.251,00)
Contribuição sindical patronal		(1.200,00)	(2.715,00)	(840,00)
Emolumentos judiciais e cartorários		(533,78)	(1.229,40)	(8.300,26)
Copa/cozinha		-	(112,00)	(143,22)
Lanches e refeições		(742,74)	(881,87)	(217,58)
Contribuição a OCE		(3.138,72)	(25.109,20)	(18.078,60)
Marcas e patentes		-	(35,00)	-
Multas e juros diversos		-	-	(5.568,51)
Mensalidades diversas		-	-	(6,78)
Rateio de despesas da Central	(1	33.386,75)	(283.482,65)	(381.902,60)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(46.135,80)	(91.940,82)	(116.789,16)
Contribuição confederativa		(288,75)	(288,75)	(240,00)
Desp. Centro de serv. Compart CCS	(67.128,11)	(126.060,02)	(9.154,20)
Outras despesas indedutíveis		(4.098,75)	(4.098,75)	-
Outras despesas administrativas		(2.211,71)	(2.370,58)	(98.864,64)
TOTAL	(2	65.810,76)	(551.809,69)	(641.356,55)
TOTAL	856.232,90	940.211,73		73.522,28

24. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	19.537,03	20.634,65	6.899,66
Dividendos	-	1.116,21	-
Distribuição de sobras da central	-	27.920,91	22.145,71
Outras rendas operacionais	94.271,21	218.860,10	145.189,87
Juros ao Capital Recebidos da Central	1.190.459,82	1.190.459,82	765.976,49
TOTAL	1.304.268,06	1.458.991,69	940.211,73

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 36 de 48



25. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Outras Despesas Operacionais	(5.652,25)	(17.512,53)	(43.751,63)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	-	(15.498,10)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(26.935,87)	(40.872,59)	(16.012,98)
TOTAL	(32.588,12)	(58.385,12)	(75.262,71)

26. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Outras Despesas Operacionais	(5.652,25)	(17.512,53)	(43.751,63)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	-	(15.498,10)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(26.935,87)	(40.872,59)	(16.012,98)
TOTAL	(32.588,12)	(58.385,12)	(75.262,71)

27. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões/Reversões para Contingências	(1.980,62)	(3.026,63)	1
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	(1.980,62)	(3.026,63)	-
TOTAL	(1.980,62)	(3.026,63)	-

28. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem	1/23		31/12/2023		31/12/2022
Ganhos de Capital	19	.133,07		33.	694,38	101.797,33
(-) Perdas de Capital	(2	265,93)		(19.6	53,74)	(543,51)
TOTAL	18	.867,14		14.	040,64	101.253,82
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração		(47.91	0,92)	(74.582,62)	(8	88.156,35)

29. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

29.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 37 de 48



a) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	Credito de Liquidação	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimos	26.686,69	133,44	0,1515%

b) Foram realizadas transações com partes relacionadas à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes	Prazo médio
e Passivas	Relacionadas a.m.	(a.m)
Empréstimos	2,3486%	48,9833%

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

c) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2° sem/23	31/12/2023	31/12/2022
INSS Diretoria/Conselheiros	(16.195,76)	(27.575,28)	(9.286,13)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(90.852,95)	(127.300,55)	(74.582,62)
Total	(107.048,71)	(154.875,83)	(83.868,75)

29.2 Cooperativa Central

O SICOOB COOPMOND, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado ao SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPMOND responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 38 de 48



a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – Nota 4	783.591,22	2.412.114,25
Ativo - Participações de Cooperativas – Nota 5	7.741.742,98	11.697.058,31
Total das Operações Ativas	8.525.334,20	14.109.172,56

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rateio de Despesas da Central – Nota 22(a)	(133.386,75)	(283.482,65)	(381.902,60)
Total das Despesas	(133.386,75)	(283.482,65)	(381.902,60)

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	37.975.170,84	28.950.178,41
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	32.183.026,67	20.939.358,92
Índice de Basiléia (mínimo 12%)	117,99%	138,25%
Imobilizado para cálculo do limite	23.018,12	19.153,15
Índice de imobilização (limite 50%)	0,06%	0,06%

32. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 39 de 48



32.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

32.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 40 de 48



- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- I) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

32.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 41 de 48



b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (Δ EVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB:
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 42 de 48



32.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.
- b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 43 de 48



32.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

32.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 44 de 48



32.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).
- O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

32.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 45 de 48



- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

33. Seguros Contratados - Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 46 de 48

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil, e K&S Alimentos, após examinarmos o Balanço Patrimonial apurado em 30 de junho e 31 de dezembro de 2023, concluímos que as demonstrações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

Diante do exposto, por unanimidade, somos favoráveis à aprovação das contas do exercício de 2023.

São Paulo, 08 de abril de 2024

Rodrigo da Conceição Reis 7363E9EECA0747B...

Rodrigo da Conceição Reis

CPF 093.885.948-00

Robson Silva da Costa

Robson Silva da Costa

CPF 853.071.226-91

Marcio Roberto Donizete Nunes Figueredo | Gregorio Portela da Fonseca Nto

Márcio Roberto D. Nunes Figueredo

CPF 126.695.528-38

Gregório Portela da Fonseca Neto

CPF 282.858.008-30

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 47 de 48



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos

Av. Pedroso de Morais, 517 – 5º andar – Conjunto 51 – Pinheiros

CEP 05419-000 – São Paulo – SP

(11) 3031-3312 - Opção 1

https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcoopmond

Atendimento da Ouvidoria:

Telefone (de segunda a sexta, das 8h às 20h): 0800 725 0996;

Deficientes auditivos ou de fala (de segunda a sexta, das 8h às 20h): 0800 940 0458;

Site: www.ouvidoriasicoob.com.br

CNPJ 62.795.257/0001-34 Página 48 de 48